

SOUZA, Ricardo Augusto; MELLO, Heliana Ribeiro. Realização argumental na língua do aprendiz de línguas estrangeiras – possibilidades de exploração da interface entre semântica e sintaxe. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 5, n. 8, março de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

REALIZAÇÃO ARGUMENTAL NA LÍNGUA DO APRENDIZ DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS – POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO DA INTERFACE ENTRE SEMÂNTICA E SINTAXE

Ricardo Augusto de Souza¹

Heliana Ribeiro de Mello¹

ricsouza@ufmg.br

hmello@letras.ufmg.br

RESUMO: Este artigo apresenta um ensaio acerca da realização argumental como gama de fenômenos lingüísticos que guardam interesse especial para estudos sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras que têm como foco a representação do aprendiz acerca da língua alvo. A partir de considerações sobre a delimitação da língua do aprendiz de LE como objeto de análise lingüística e sobre estudos contemporâneos que tratam da estrutura argumental nas línguas estrangeiras, hipóteses sobre a pertinência de investigações semelhantes no contexto da aprendizagem do inglês por falantes do português serão apresentadas e discutidas.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura argumental; interlíngua; transferência lingüística.

1. INTRODUÇÃO

A realização argumental, ou seja, a manifestação sintática de um predicador e seus argumentos, compreende um campo de fenômenos lingüísticos que, tal como apontado por Levin e Rappaport-Hovav (2005) e outros autores, apresenta grande variabilidade translingüística. Tal variabilidade tem mobilizado pesquisadores da aprendizagem de línguas estrangeiras a lançar olhares sobre como a realização argumental emerge e é representada nos sistemas lingüísticos empregados pelo aprendiz em situações de uso de línguas não maternas.

O presente ensaio tem por objetivo explorar a natureza de tais estudos frente a

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

conceituações acerca da língua do aprendiz, mostrando tratar-se de um aspecto da interface entre semântica e sintaxe capaz de fomentar a reflexão acerca de construtos sobre a natureza da representação do aprendiz sobre uma língua estrangeira. Igualmente, é nosso intuito explorar hipóteses que podem ser contempladas acerca da situação específica de aprendizes do inglês como língua estrangeira, falante do português do Brasil.

Na seção seguinte serão recuperados quadros conceituais que marcam historicamente a delimitação do estudo da língua do aprendiz como objeto de reflexão e análise lingüística. Logo após, a noção de estrutura argumental é discutida brevemente, apontando-se o interesse teórico nela encerrado para os estudos sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras. Segue-se então a discussão de hipóteses que julgamos plausíveis quanto à situação de aprendizagem de inglês por falantes do português do Brasil. O ensaio termina com reflexões acerca do valor de empreendimentos de pesquisa que contemplem esta temática.

2. A LÍNGUA DO APRENDIZ DE LÍNGUAS NÃO MATERNAS COMO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO LINGÜÍSTICA

O estudo e a análise sistemática da língua do aprendiz de língua não materna instaura-se como objeto de investigação dos estudos lingüísticos desde os primórdios da busca, inspirada pelos quadros da teorização lingüística erigida ao longo do século XX, de uma compreensão rigorosa da aprendizagem de línguas estrangeiras (doravante LE) e da construção de diretrizes cientificamente embasadas que fornecessem sustentação à prática docente. Trata-se, entretanto, de um objeto cuja circunscrição conceitual pode ser vista como oscilando fortemente, em ressonância com o próprio movimento dos pilares epistemológicos que sustentaram as grandes correntes do pensamento lingüístico, em especial em solo norte-americano. Ainda assim, o estudo da língua utilizada por um usuário de código lingüístico de aprendizagem posterior àquele aprendido por tal sujeito como língua materna constitui um componente relevante dos estudos do bilingüismo.

Fomentada inicialmente pelos corolários da psicologia behaviorista, ou comportamentalista, e da lingüística estrutural que a ela se associou, particularmente nos Estados Unidos, a investigação da língua do aprendiz de LE foi fortemente guiada

pelas concepções de aprendizagem de línguas como formação de hábitos. Nesse prisma, tornou-se igualmente central a percepção de que à língua materna caberia um papel central tanto no processo quanto no próprio produto da aprendizagem de LE. Assim, a caracterização tanto dos traços formais quanto nas propriedades do uso do código estrangeiro utilizado por um aprendiz passou a ser vista como objeto do conhecimento cuja delimitação tornava-se possível através da comparação das configurações estruturais entre língua materna e língua estrangeira.

Tal como recuperado por Selinker (1992), nesse momento de instauração desta investigação, com vínculos fortes com a teorização de orientação comportamentalista, surgiu a hipótese de que os desvios do código do aprendiz de LE em relação à norma apreendida do comportamento lingüístico de falantes nativos seriam, sobretudo, fruto de “interferência” da língua materna sobre a aprendizagem da língua não materna. A língua materna, vista como um conjunto de hábitos lingüísticos, seria impeditiva da aquisição de novos hábitos (a LE) no tocante aos traços e configurações de suas estruturas que fossem discrepantes da língua estrangeira.

Tal como nos narra Selinker (1992) e também Ellis (1994), surgia a perspectiva da análise contrastiva, ou seja, o estudo das características estruturais discrepantes entre a língua materna de um aprendiz de LE e as estruturas do código estrangeiro. A análise contrastiva surgia como via de compreensão da língua do aprendiz. Braidí (1999) aponta para a possibilidade de identificação de uma versão forte da análise contrastiva. Em sua versão forte, a análise contrastiva era perpassada pela promessa epistemológica da possibilidade não apenas de análise, mas também de previsão dos erros do aprendiz.

Infelizmente, contudo, a promessa da versão forte da análise contrastiva não vigorou. Tal como apontado em Corder (1967), re-editado na compilação organizada por Richards (1984), os estudos de uma orientação contrastivista forte não constituíram uma contribuição significativa para o docente no exercício do ensino de línguas estrangeiras em função de que os fatos previstos ou já serem plenamente conhecidos, ou pelo fato de que “muitos dos erros com os quais [os professores] eram familiarizados não eram previstos”² (p. 19 no volume de Richards, 1984). Aparentemente, portanto, a hipótese teórica da interferência não permitiu a compreensão plena da língua do aprendiz de LE que dela se esperou.

Na década de 1970, houve a tentativa de compreender a língua do aprendiz de

² Nossa tradução de “many of the errors with which they [the teachers] were familiar were not predicted...”.

LE como um sistema majoritariamente ou até mesmo absolutamente independente da língua materna. Essa vertente de estudos foi certamente uma decorrência tanto do aparente fracasso da versão forte da análise contrastiva quanto do avanço de hipóteses teóricas radicalmente mentalistas acerca da linguagem que acompanharam o advento inicial de gramática gerativo-transformacional no cenário das idéias lingüísticas. O trabalho de Richards (1971) é um exemplar desse pensamento. O autor sugeria que as idéias contrastivistas seriam aplicáveis com mais sucesso ao domínio fonético e fonológico do que ao sintático, no qual se verificariam na língua de aprendizes de LE, falantes de línguas maternas diversas, propriedades que não relacionáveis suas línguas maternas. Posições semelhantes acerca de propriedades sintáticas da língua de aprendizes foram defendidas por Dulay e Burt (1974). O principal corolário dessas propostas era a hipótese de que o desenvolvimento da língua do aprendiz seguiria padrões universais de desenvolvimento de representações gramaticais, independentemente de se tratar da aquisição de língua materna ou não materna.

Não houve, entretanto, um movimento geral de abandono da perspectiva de que a língua materna tivesse um papel na língua do aprendiz de LE. Na verdade, ainda na própria década de 1970, surge a proposta de que a língua do aprendiz fosse abordada conceitualmente como sistema aproximativo entre a língua materna e a língua alvo (NEMSER, 1971), ou como interlíngua (SELINKER, 1972).

O trabalho de Nemser (1971) sugere um deslocamento progressivo da representação da língua materna para uma representação compatível com os dados da língua estrangeira na aprendizagem. Já o trabalho de Selinker (1972) propõe uma teorização articulada do processo de aquisição da representação de uma LE e da possibilidade de que vários aspectos do sistema subjacente à língua do aprendiz jamais se tornem equivalentes ao do falante nativo ou, nas palavras do autor, que tais aspectos se tornem fossilizados. Na proposta de Selinker a fossilização poderia, *grosso modo*, ser motivada por aspectos da instrução na LE, pelo emprego de certas estratégias de aprendizagem, pela acomodação a estratégias de comunicação, por supergeneralização de hipóteses, ou pela transferência lingüística de aspectos da língua materna. As percepções de Nemser e Selinker acerca da influência da língua materna vêm ao encontro da sensibilidade do professor de línguas estrangeiras que consegue reconhecer ecos da língua materna na produção lingüística de seus aprendizes, sensibilidade esta talvez amplamente difundida.

Tomada como construto teórico, a transferência lingüística e seu papel na língua

do aprendiz é ainda alvo de reflexão, investigação e debate. Defini-la não é em absoluto tarefa trivial. Schachter (1993), por exemplo, busca enquadrar a noção em termos de uma base representacional que mobiliza atenção e configura hipóteses do aprendiz acerca dos dados lingüísticos da língua alvo, portanto buscando conferir à noção plausibilidade psicológica. Corder (1993), em clara conversação com o movimento da análise contrastiva, aponta para a inadequação de termos como “interferência” e até mesmo “transferência”, em função das possíveis metáforas de impedimento da aprendizagem ali evocadas. O autor propõe que diferenças entre línguas podem igualmente ter um caráter facilitador. Também, ele aponta para a necessidade de que semelhanças e diferenças não sejam identificadas meramente no âmbito de equivalências estruturais reconhecidas na realização de superfície dos dados lingüísticos. Trata-se de uma reflexão compatível com toda uma gama de trabalhos que, a partir da década de 1980, passaram a investigar a questão do papel da língua materna sobre a língua do aprendiz sob o prisma da teoria de princípios e parâmetros, tal como apresentado, por exemplo, em White (2003). Odlin (1989), por sua vez, recupera-nos a percepção de que a plausibilidade de influências translingüísticas³ na aprendizagem de línguas não maternas ultrapassa a dimensão estritamente formal; incidindo, portanto, nas próprias contingências e convenções da produção dos textos orais e escritos.

Uma maior compreensão da real dimensão da transferência lingüística como variável componente da língua do aprendiz exige a condução e confluência de estudos que identifiquem a sistematicidade de influências de uma dada língua materna, assim como o impacto que ela tem sobre a produção e recepção da língua estrangeira. Avanços no entendimento de sua natureza, portanto, requerem delimitação de aspectos lingüísticos que podem hipoteticamente estar sujeitos a esse tipo de fenômeno e estudos empíricos com suporte metodológico cautelosamente planejado. Na seção seguinte, discutiremos um aspecto da interface entre semântica verbal e realização sintática que tem emergido como campo promissor para o estudo da língua do aprendiz de LE globalmente, e para a investigação da validade teórica da noção de transferência lingüística em particular: a realização argumental.

³ Trata-se de tradução da denominação sugerida pelo autor (*cross-linguistic influences*), apontando-a como alternativa que pode escapar ao tom pejorativo subjacente ao termo “interferência” ou à metáfora de uniformidade e condução subjacente ao termo “transferência”. Neste texto preservaremos os termos “transferência lingüística” por parecer-nos uma forma já bastante consagrada na literatura.

3. A REALIZAÇÃO ARGUMENTAL COMO PROBLEMA NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

O papel desempenhado pela aprendizagem do léxico⁴ e de mapeamentos entre dispositivos formais e bases semânticas a eles vinculadas no processo de aquisição de línguas estrangeiras é hoje alvo de grande interesse. A aprendizagem de frases formulaicas, por exemplo, é tida como indutora da aprendizagem, *a posteriori*, dos mecanismos sintáticos a elas subjacentes, através da decomposição das construções formulaicas em seus constituintes, da identificação do padrão ordenador de sua junção e, finalmente, da transposição deste para outros itens lexicais. Este processo é visto como uma descrição adequada da aquisição de padrões gramaticais de um ponto de vista psicolinguístico, pois pode ser considerado um processo econômico quanto à demanda de memória (cf. NATINGER & DECARRICO, 1992; SKEHAN, 1998; SINGLETON, 1999 e ELLIS, 2001).

Singleton (1999) nos lembra que a aquisição do léxico, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, é resultante do desenvolvimento de diversas modalidades de representação mental. Ao conhecimento de um dado item lexical, subjaz a representação fonológica deste item, seus referentes conceituais, suas adjacências sintagmáticas e textuais mais freqüentes, e informações sobre seu emprego gramatical. Ainda, Singleton (1999) menciona que nas culturas letradas um outro âmbito de representação lexical adquirido por seus membros é a representação grafêmica dos itens.

Um aspecto da aquisição do léxico que guarda relação íntima com a aquisição do componente sintático de uma língua é a interface existente entre a semântica verbal e as estruturas oracionais nas quais um verbo é empregado. Trata-se, segundo Juffs (2001), de um aspecto da aprendizagem do vocabulário em língua estrangeira ainda não suficientemente estudado no campo de pesquisa em Aquisição de Segunda Língua (ASL). O autor chama a nossa atenção para a relevância de estudos desta natureza, uma vez que eles revelam a conexão entre o conhecimento do vocabulário e o conhecimento da morfossintaxe da língua-alvo.

Na teoria gramatical, a interface entre semântica verbal e sintaxe torna-se particularmente saliente quando o objeto de análise é a estrutura argumental dos verbos.

⁴ Entendemos por léxico não apenas morfemas e palavras fonológicas, mas sim toda uma gama de unidades construcionais que vão desde os próprios morfemas até padrões oracionais altamente freqüentes. Apoiamo-nos, nesse sentido, na definição de construção proposta em Goldberg (2005).

Por estrutura argumental de um dado verbo entende-se a propriedade deste verbo de promover a seleção, ou subcategorização, de um ou mais sintagmas nominais (NPs, do inglês *noun phrases*) na composição da predicação. À guisa de ilustração, podemos observar verbos que subcategorizam apenas um NP, como “voar” em “os pássaros voaram”, verbos que subcategorizam dois NPs, como “ver” em “o aluno viu seu professor” e verbos que subcategorizam três NPs, como “entregar” em “o carteiro entregou o cartão para a Cristina”. Para Grimshaw (1992), a estrutura argumental faz parte do conteúdo de um dado item lexical, pois para a autora trata-se da representação lexical da informação gramatical acerca da predicação. Nos verbos, esta informação gramatical especifica no mínimo a natureza da transitividade e o desígnio de papéis temáticos.

Por ser a realização argumental compreendida como fortemente relacionada com representações semânticas específicas de uma dada língua, que podem interagir com outras configurações gramaticais igualmente específicas, trata-se de uma classe de fenômenos que apresenta grande variabilidade interlingual. Assim, não é surpreendente que se trate de temática tratada em estudos que contemplam a aprendizagem de línguas diversas, por falantes nativos de línguas diversas.

A tabela abaixo ilustra exemplares de estudos publicados em dois periódicos internacionais, o *Studies in Second Language Acquisition* (SSLA) e o *Second Language Research* (SLR) a partir do fim da década de 1990, período identificado por Juffs (2001) como marco aproximado do surgimento e proliferação de grande diversidade de trabalhos examinando a questão da realização argumental na língua do aprendiz de LE. A tabela exhibe na primeira coluna o autor do estudo com ano e periódico de publicação. A segunda exhibe a língua estrangeira no contexto do estudo específico. A terceira exhibe a língua materna problematizada. O último sintetiza o fenômeno relativo à realização argumental explorado.

Estudo	Língua materna	Língua estrangeira	Fenômeno
Balcom (1997) [SLR]	Chinês	Inglês	Morfologia de passivas e a hipótese da inacusatividade
Montrul (1998) [SLR]	Inglês e francês	Espanhol	Realização de papel temático “experienciador” de NPs dativos em espanhol.
Montrul (2001) [SSLA]	Inglês e turco	Espanhol	Verbos denotando modo de movimento e a hipótese da inacusatividade
Hirakawa (2001) [SSLA]	Inglês	Japonês	Hipótese da inacusatividade na realização de argumentos do japonês.
Inagaki (2002) [SLR]	Japonês	Inglês	Interpretação da base semântica subjacente ao sintagma preposicional adjunto a núcleo verbal denotando modo de movimento.
Joo (2003) [SLR]	Coreano	Inglês	Interpretação de semântica aspectual relacionada a sintagmas preposicionais adjuntos núcleos verbais específicos no inglês

Tabela 1: Exemplos de estudos sobre estrutura argumental e aprendizagem de LE

Os estudos acima guardam em comum o fato de que há neles a exploração da noção de transferência lingüística. Observa-se, através dos exemplares⁵ acima expostos, que uma grande diversidade de línguas e de situações de aprendizagem de línguas estrangeiras têm sido retratadas. Contudo, até onde vai nosso conhecimento estudos semelhantes que tratem de situações de aprendizagem de LE por aprendizes que partem do português brasileiro como língua materna são, se não de todo inexistentes, no mínimo raríssimos.

Como apontaremos na seção seguinte, trata-se de uma situação que não reflete de modo algum uma ausência de plausibilidade de formulação de hipóteses sobre o impacto que a realização argumental em língua portuguesa poderia ter sobre a língua de aprendiz, falante nativo desta língua, na aprendizagem do inglês como idioma estrangeiro.

⁵ Obviamente, não se trata de levantamento exaustivo. É interessante mencionar, ainda, que os estudos publicados no SSLA em 2001 foram incluídos em número temático dedicado à aquisição de mapeamentos entre semântica e sintaxe, no âmbito da realização e licenciamento argumental, por aprendizes de LE.

4. UMA HIPÓTESE SOBRE CONTRASTES DA INTERFACE ENTRE SEMÂNTICA E SINTAXE NO INGLÊS E NO PORTUGUÊS E SEU POSSÍVEL IMPACTO SOBRE A APRENDIZAGEM

Sob um prisma teórico, é certamente possível identificarmos vários aspectos da interface entre semântica e sintaxe na língua portuguesa do Brasil que, potencialmente, poderiam conduzir falantes nativos desse idioma que sejam aprendizes do inglês como língua estrangeira a formularem hipóteses e representações sobre o inglês marcadas por representações de sua língua materna.

Tomemos, por exemplo, a realização de predicação envolvendo verbos intransitivos. Acerca dos verbos intransitivos, Levin & Rappaport Havav (1995) recuperam a hipótese da inacusatividade, proposta inicialmente, de acordo com as autoras, por Perlmutter. Tal hipótese surge como quadro conceitual relevante para a compreensão de fenômenos relativos ao comportamento de verbos intransitivos. Segundo a hipótese da inacusatividade, os verbos intransitivos podem ser classificados como inacusativos ou inergativos. Essas duas classes de verbos intransitivos estão associados a configurações de base distintas. A distinção entre verbos intransitivos inergativos e inacusativos reflete, no âmbito semântico, o contraste entre processos sobre os quais interpreta-se que o referente da relação gramatical “sujeito” tem controle intencional, portanto recebendo o papel temático “agente”, e processos sobre os quais o referente da relação gramatical “sujeito” não tem tal controle, recebendo o papel temático “tema”. Na língua portuguesa, são exemplos de verbos intransitivos inergativos os verbos “correr”, “voar” e “andar”, ao passo que os verbos “cair”, “acontecer” e “chegar” são exemplos de intransitivos inacusativos.

Os verbos intransitivos inergativos têm seu único argumento gerado na posição de sujeito. Assim, segundo Levin & Rappaport Havav (1995), tais verbos têm na configuração de sua estrutura argumental a subcategorização de um argumento externo, ou seja, um argumento que ocupará posição semelhante àquela da relação gramatical “sujeito” das orações contendo verbos transitivos. Esta estrutura argumental é representada abaixo:

Verbos transitivos:

Estrutura argumental: (x, <y>)

Ex.: *João (x) beijou Maria <y>*

Verbos intransitivos inergativos:

Estrutura argumental: (x)

Ex.: *João (x) correu*

Os verbos intransitivos inacusativos, por sua vez, subcategorizam apenas um argumento interno, ou seja, aquele ao qual é designado o papel temático “tema” na composição da predicação, portanto, gerado na posição de objeto. A configuração de sua estrutura argumental, comparativamente a dos verbos transitivos, é portanto a seguinte:

Verbos transitivos:

Estrutura argumental: (x, <y>)

Ex.: *João (x) abriu a porta <y>*

Verbos intransitivos inacusativos:

Estrutura argumental: (<y>)

Ex.: *João <y> caiu*

Sob uma ótica de análise transformacional (cf. HAEGEMAN e GUÉRON, 1999), sugere-se que há uma diferença significativa nas maneiras através das quais são realizadas as implicações sintáticas da estrutura argumental destes tipos de verbos na língua portuguesa e na língua inglesa.

No inglês, o sintagma nominal (NP) que recebe o papel temático “tema” de um verbo intransitivo inacusativo emerge na construção de superfície na posição da relação gramatical de sujeito após mover-se (cf. KOBL, 1989). Nesta análise, tal NP é inserido na posição de objeto da configuração de base, ou seja, complemento do núcleo do VP. A diferença estrutural entre a inserção na base e a forma de superfície, mandatória para a gramaticalidade da construção em inglês⁶, é esquematizada abaixo:

1- Base:

[PRO [IP [I' [VP [V [NP]]]]]]

2- Forma de superfície:

[NP_i [IP [I' [VP [V [t_i]]]]]]

Da configuração sintática representada acima, observamos que o NP inserido como argumento interno do verbo na base desloca-se, vindo então a ser realizado na posição de especificador no sintagma flexional (IP) da forma de superfície, ou seja, a posição canonicamente ocupada pelo sujeito da oração. Contudo, tal posicionamento

⁶ Para tal ocorrência de movimento são propostas explicações que se articulam ao ajuste paramétrico da língua inglesa como não PRO-drop e às teorizações acerca filtro de Caso. A denominação destes verbos como verbos inacusativos relaciona-se à propostas de que se trata de verbos que não designam Caso acusativo, o que implica o não licenciamento do NP inserido na base como argumento interno. Para um maior detalhamento dessa vertente de discussão teórica, recomendamos o segundo capítulo de Haegeman e Guéron (1999).

como sujeito é radicalmente desvinculado de uma interpretação semântica de que o NP tenha o papel “agente”. O NP continua recebendo o papel temático “tema”, o que está representado por sua indexação (i) com o traço (t) que permanece na situação de argumento interno do verbo.

Nos dois pares de sentenças com verbos intransitivos inacusativos do inglês abaixo, essa situação é ilustrada pela gramaticalidade da primeira sentença em contraste com a agramaticalidade da segunda:

1a. *The tree fell.*

1b. **Fell the tree.*

2a. *Something happened.*

2b. **Happened something.*

Entretanto, em construções equivalentes na língua portuguesa, observa-se a possibilidade de que a configuração de o objeto de um verbo intransitivo inacusativo, inserido com tal na base, seja mapeado sem alterações para a realização de superfície, o que, segundo Kobl (1989), pode ser interpretado como a possibilidade de que em línguas como o português e o italiano (línguas PRO-drop) ocorra o desígnio de caso nominativo a NPs pós-verbais. A situação do português é ilustrada nos dois pares de sentenças abaixo, onde verbos intransitivos inacusativos equivalentes aos das sentenças em inglês acima produzem duas possibilidades gramaticais de realização superficial:

1a. *A árvore caiu.*

1b. *Caiu a árvore.*

2a. *Alguma coisa aconteceu.*

2b. *Aconteceu alguma coisa.*

A distinção entre as possibilidades configuracionais do português e do inglês permite-nos vislumbrar ocorrências específicas na língua do aprendiz de LE. Em função da maior flexibilidade do português, podemos hipotetizar que, no processo de aquisição do inglês língua estrangeira, aprendizes falantes do português do Brasil poderão atingir um estágio de desenvolvimento no qual eles aceitarão como gramaticais, ou até mesmo produzirão, construções tais como:

1. **Sometimes happen bad things.*

2. **Soon will arrive my parents.*

Ainda, é possível hipotetizar que aprendizes de português língua estrangeira, falantes do inglês, poderão atingir um estágio de desenvolvimento no qual eles não aceitarão como gramaticais e não produzirão sentenças possíveis no português como as

exemplificadas acima. A plausibilidade desta hipótese reside na possibilidade de considerarmos que o inglês seja um subconjunto em relação ao fenômeno gramatical aqui tratado, ou seja, a língua inglesa permite apenas parte das construções viáveis na língua portuguesa.

Um outro fenômeno vinculado a diferenças da estrutura argumental dos verbos em línguas distintas que pode trazer implicações para a interlíngua do aprendiz é a alternância de transitividade (cf. MONTRUL, 2001). O português, assim como o inglês, permite que certos verbos que fazem a subcategorização de apenas um argumento, portanto classificáveis como intransitivos, possam também subcategorizar dois argumentos – um interno e outro externo – portanto, comportando-se como transitivos. Este fenômeno é denominado “alternância de transitividade”. Segundo Levin (1993), trata-se de alternâncias denominadas “alternâncias causativas” ou “alternâncias causativas/incoativas”, por envolver verbos intransitivos (incoativos) que, ao serem usados como transitivos (causativos), podem ser parafraseados como “fazer com que x V-intransitivo”.

São exemplos de tais verbos, no português, “quebrar” e “avançar”, assim como o são no inglês “break” e “advance” (cf. LEVIN, 1993). Os pares abaixo representam a gramaticalidade desta alternância:

1a. A janela quebrou.

1b. O João quebrou a janela.

2a. O conhecimento da gramática avançou.

2b. O João avançou seu conhecimento de gramática.

3a. The window broke.

3b. John broke the window.

4a. Knowledge of grammar has advanced.

4b. John has advanced his knowledge of grammar.

É interessante observar, contudo, que as alternâncias de transitividade acima exemplificadas ocorrem com verbos intransitivos inacusativos. A possibilidade de alternâncias semelhantes com verbos intransitivos inergativos é, de acordo com Levin (1993), mais restrita no inglês, pois nessa língua ela ocorre em situações semanticamente específicas, onde a entidade “causada”, ou “levada a fazer algo”, é entendida como sendo animada e volitiva, assim como em situações onde há um constituinte indicador de direcionalidade (usualmente sintagmas preposicionais). Contudo, tais construções do inglês parecem não encontrar paralelo na língua

portuguesa.

Alguns exemplos são:

1a. Os soldados marcharam.

1b. The soldiers marched.

*1c. *O capitão marchou os soldados ao acampamento.*

1d. The captain marched the soldiers to the tents.

2a. O cavalo pulou sobre a cerca.

2b. The horse jumped over the fence.

*2c. *A Silvia pulou o cavalo sobre a cerca.*

2d. Sylvia jumped the horse over the fence.

É necessário observar que, de acordo com Levin (1993), a ausência dos sintagmas preposicionais “to the tents” e “over the fence” tornaria as sentenças em inglês (1d) e (2d) acima também agramaticais. Esses sintagmas preposicionais poderiam estar elípticos, mas no mínimo a implicação contextual de sua existência é condição para a gramaticalidade e interpretação das alterações possíveis na língua inglesa.

Do ponto de vista do desenvolvimento da representação de um aprendiz, podemos hipotetizar que aprendizes de inglês como língua estrangeira, falantes do português, terão um estágio de desenvolvimento no qual eles não aceitarão como gramaticais e não produzirão sentenças como (1d) e (2d) acima, ambas possíveis no inglês. Inversamente, podemos hipotetizar que aprendizes de português língua estrangeira, falantes do inglês, terão um estágio no qual eles aceitarão como gramaticais e poderão produzir sentenças como (1c) e (2c) acima, ambas agramaticais no português. A plausibilidade desta hipótese em relação a este outro fenômeno gramatical, por sua vez, reside na possibilidade de considerarmos que quanto a ele é o português o subconjunto do inglês.

Por outro lado, uma linha de investigação científica dos fenômenos ligados à estrutura argumental, distinta daquela explorada acima, é conhecida por Gramática de Construções. A noção de uma gramática de construções remonta à era de debates desenvolvidos por semanticistas gerativistas em favor de regras globais e regras transderivacionais na década de 1970. A idéia fundamental da desse corpo teórico é a de que a unidade primária da gramática é a construção gramatical e não unidades sintáticas atômicas e regras que combinam essas unidades. No caso, a gramática de uma dada língua é constituída por uma taxonomia de famílias de construções. Uma construção gramatical é um par forma-conteúdo. Formalmente, uma construção abarca uma

plataforma sintática, que envolve, também, aspectos fonológicos ligados à prosódia e entonação. O conteúdo abarca aspectos semânticos e pragmáticos. Goldberg (1995) argumenta a favor de uma interação de dois fatores para a explicitação de argumentos em uma dada estrutura: semântica lexical e construções. Ainda de acordo com Goldberg, construções são adquiridas a partir de grandes esquematizações, que vão, pouco a pouco, sendo preenchidas por *tokens*. Os fatores que determinam a realização argumental estariam, então, ligados a elementos para além da sintaxe, conectados a fatores cognitivos e pragmáticos, como as noções de perfilamento e proeminência discursiva.

A transposição de estudos construcionais para os estudos da língua do aprendiz de LE pode nos ajudar a compreender a relevância da formação e estabilização esquemáticas na aquisição de L2. Em um recente estudo, Gries & Wulf (2005) demonstram que em experimentos testando efeitos de *priming*, falantes nativos de alemão L1 e de nível avançado de inglês L2, agruparam os verbos testados em categorias que evidenciam associações verbo-construções, comprovados em corpora de inglês L1. Ou seja, não houve efeito significativo de associações com traduções da estrutura argumental de L1 para L2, nem tampouco associações entre possibilidades outras da semântica verbal e construções não convencionalizadas em L2. Esses resultados experimentais indicam a possibilidade do desenvolvimento de esquemas estáveis para níveis de proficiência avançada de L2, que se aproximam daqueles desenvolvidos por falantes nativos. Ou seja, o aprendiz de L2 adquire não aspectos idiossincráticos de unidades léxico-verbais, mas uma associação diádica entre instanciações verbais e construções particulares, sendo estas associadas a esquemas construcionais de L1.

Sob esse prisma teórico, a verificação de ocorrências, no português brasileiro, de construções do tipo “João casou a filha na maior igreja da cidade” pode levar-nos a hipotetizar que o falante nativo desta língua contaria, na verdade, com um elemento de sua língua materna que poderia até mesmo ser facilitador no reconhecimento e processamento de construções do tipo “The captain marched the soldiers to the tents”, comentadas acima. Tal expectativa seria compatível com as considerações apontadas por Corder (1993), que tal como mencionado anteriormente, rejeita enfaticamente uma leitura do papel de língua materna estritamente associada a impedimentos no processo de aprendizagem.

Acreditamos que estas considerações nos colocam perante um instigante convite ao trabalho de pesquisa empírica⁷.

5. CONCLUSÃO

Nossa motivação para tratar do tema aqui desenvolvido é, basicamente, nossa percepção de que uma área de estudos particularmente relevante no campo da Lingüística Aplicada é a pesquisa acerca da língua do aprendiz de língua estrangeira, ou interlíngua. Trata-se de um objeto de estudo cuja abordagem tem sido feita desde os primórdios da pesquisa em Aquisição de Segunda Língua, mas que certamente encontra-se longe de ter sido esgotado.

A condução de estudos que contemplem a interlíngua do aprendiz falante do português do Brasil parece-nos altamente pertinente. A investigação do construto teórico “transferência lingüística”, relevante para a conceituação do processo formativo e compreensão dos fenômenos interlinguais (cf. ELLIS, 1994; ODLIN, 1989; SELINKER, 1992), deve ser levada a cabo com o exame comparativo de um grande número de situações de aprendizagem de LE. Assim, acreditamos que estudos desta natureza envolvendo o português brasileiro, se suficientemente sistemáticos e guiados por rigor e criatividade metodológica máximos, poderão encontrar acolhimento como contribuições a um debate na área dos estudos lingüísticos que transcorre em âmbito internacional.

Além disso, a pesquisa da interlíngua, com seu foco no produto ou resultado dos diversos momentos do desenvolvimento da aprendizagem da língua alvo, parece-nos ser uma frente que tem um papel complementar extremamente relevante para corpo de conhecimentos que, no trabalho em Lingüística Aplicada, vem sendo gerado a respeito dos processos de aprendizagem de línguas estrangeiras sob a ótica do aprendiz, do professor e de diversos componentes que configuram o contexto da atividade de ensino-aprendizagem, uma vez que processo e produto compõem uma totalidade desta operação cuja divisão não é de todo natural. É nossa percepção que, em nosso país, a

⁷ Trata-se na verdade de um “convite” aceito plenamente pelos autores de presente ensaio, que se encontram atualmente na coordenação de um projeto de pesquisa denominado “Estudo da Transitividade na Interlíngua do Português e do Inglês como Línguas Estrangeiras”. Ao projeto vinculam-se subprojetos com a participação de estudantes de Iniciação Científica e, mais recentemente, estudantes de pós-graduação. Bases de dados têm sido formadas e algumas análises preliminares estarão brevemente prontas para divulgação.

riqueza e a frequência de estudos sobre o processo e o contexto de aprendizagem de línguas estrangeiras não encontra correspondência nos estudos sobre o produto da aprendizagem. Acreditamos que estudos da natureza aqui discutida constituiriam empreendimentos de suplência desta lacuna.

Finalmente, os estudos da língua do aprendiz de línguas estrangeiras podem fornecer dados extremamente ricos para a avaliação de modelos e hipóteses teóricas sobre a organização da linguagem. Selinker (1992) argumenta que os estudos da interlíngua poderiam inspirar um olhar sobre as teorizações acerca da linguagem que reconheça a artificialidade do monolíngüismo perante a vivência cotidiana da linguagem em sociedades cada vez mais plurilíngües. Em concordância com essa reflexão, acreditamos ser o estudo descritivo das representações da língua de aprendizes uma possibilidade extremamente fecunda de colocar em diálogo vivo modelos não apenas da interface entre semântica e sintaxe, mas de todos os aspectos da linguagem e de seu uso.

REFERÊNCIAS

1. BALCOM, Patricia. "Why is this happened? Passive morphology and unaccusativity" *Second Language Research*, vol. 13, no. 1, 1997. pp. 1-9.
2. BRAIDI, Susan. *The Acquisition of Second Language Syntax*. London: Arnold, 1999.
3. CORDER, S. Pit. "A Role for the Mother Tongue". IN: GASS, Susan. & SELINKER, Larry. (Orgs.) *Language Transfer in Language Learning*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
4. CORDER, S. Pit. The Significance of Learner's Errors. *IRAL*, vol. 4, 1967 (Reeditado em Richards, 1984, p.19 a 27).
5. DULAY, Heidi C. & BURT, Marina K. "Errors and Strategies in Child Second Language Acquisition". *TESOL Quarterly*, vol. 8 no. 2, 1974.
6. ELLIS, Nick. "Memory for language". IN: ROBINSON, Peter. (org). *Cognition and Second Language Instruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
7. ELLIS, Rod. *The Study of Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
8. GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
9. GOLDBERG, Adele. *Constructions at Work – The nature of generalizations in*

- language*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
10. GRIES, Stefan Th. E Stefanie WULF. "Do foreign language learners also have constructions? Evidence from priming, sorting and corpora". *Annual Review of Cognitive Linguistics*. Vol. 3, 2005. pp.: 182-200.
 11. GRIMSHAW, Jane. *Argument Structure*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.
 12. HAEGEMAN, Liliane e GUÉRON, Jaqueline. *English Grammar: a generative perspective*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.
 13. HIRAKAWA, Makiko. "L2 acquisition of Japanese unaccusative verbs" *Studies in Second Language Acquisition*. Vol. 23, no. 2, 2001. pp.: 221-245.
 14. INAGAKI, Shunji. "Japanese learners' acquisition of manner-of-motion verbs with locational/directional PP's". *Second Language Research*, vol 18, no. 1, 2002. pp. 3-27.
 15. JOO, Hye-Ri. "Second language learnability and the acquisition of the argument structure of English locative verbs by Korean speakers". *Second Language Research*, vol 19, no. 4, 2003. pp. 305-328.
 16. JUFFS, A. "Discussion – Verb Classes, Event Structure, and Second Language Learners' Knowledge of Semantics-Syntax Correspondences". *Studies in Second Language Acquisition*. Vol. 23, no. 2, 2001. pp.: 305-313.
 17. LEVIN, Beth. *English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
 18. LEVIN, Beth. & RAPPAPORT-HOVAV, Malka. *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.
 19. LEVIN, Beth. & RAPPAPORT-HOVAV, Malka. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
 20. MONTRUL, Silvina. "Agentive Verbs of Manner and Motion in Spanish and English as Second Languages". *Studies in Second Language Acquisition*. Vol. 23, 2001. pp.: 171-206.
 21. MONTRUL, Silvina. "The L2 acquisition of dative experiencer subjects". *Second Language Research*. Vol. 14, no. 1, 1998. pp.: 27-61.
 22. NATINGER, James. & DECARRICO, Jeannete. *Lexical Phrases and Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
 23. NEMSER, William. "Approximative Systems of Foreign Language Learners". *IRAL*, vol. 9, no. 2, 1971 (Re-editado em Richards, 1984, p.55 a 63).

24. ODLIN, Terence. *Language Transfer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
25. RICHARDS, Jack. "A Non-contrastive Approach to Error Analysis". *English Language Teaching*, vol 25, no. 3, 1971 (Re-editado em Richards, 1984, p.172 a 188).
26. RICHARDS, Jack. *Error Analysis – Perspectives on Second Language Acquisition*. Harlow: Longman Group, 1984.
27. SCHACHTER, Jacquelyn. "A New Account of Language Transfer". IN: GASS, Susan. & SELINKER, Larry. (Orgs.) *Language Transfer in Language Learning*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
28. SELINKER, Larry. "Interlanguage" *IRAL*, vol. 10, no. 3, 1972 (Re-editado em Richards, 1984, p.31 a 54).
29. SELINKER, Larry. *Rediscovering Interlanguage*. New York, London: Longman Group Ltd., 1992.
30. SINGLETON, David. *Exploring the Second Language Mental Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
31. SKEHAN, Peter. *A Cognitive Approach to Language Learning*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
32. WHITE, Lydia. *Second Language Acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
33. ZOBL, Helmut. "Canonical typological structures and ergativity in English L2 acquisition". IN: GASS, Susan. & SCHACHTER, Jacquelyn. (orgs.) *Linguistic Perspectives on Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RESUMO: Este artigo apresenta um ensaio acerca da realização argumental como gama de fenômenos lingüísticos que guardam interesse especial para estudos sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras que têm como foco a representação do aprendiz acerca da língua alvo. A partir de considerações sobre a delimitação da língua do aprendiz de LE como objeto de análise lingüística e sobre estudos contemporâneos que tratam da estrutura argumental nas línguas estrangeiras, hipóteses sobre a pertinência de investigações semelhantes no contexto da aprendizagem do inglês por falantes do português serão apresentadas e discutidas.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura argumental; interlíngua; transferência lingüística.

ABSTRACT: This is an essay about argument realization as an array of linguistic phenomena of special interest for studies of second language acquisition that focus especially on inquiring the nature of the learners' representation of the target language. Departing from considerations about how learners' language became an object of linguistic analysis, and also about contemporary studies that look at argument structure in second languages, we will discuss hypotheses about the adequacy of similar investigations that explore the Portuguese native speaker's learning of English

KEY WORDS: Argument structure; interlanguage; language transfer.

Recebido em 05 de dezembro de 2006.

Artigo aceito para publicação no dia 26 de janeiro de 2007.